

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)



Orlando Silva de Oliveira
Maria Patrícia Lourenço Barros
Maria Lair Sabóia de Oliveira Lima
(Organizadores)

“Atendimento Educacional Especializado (AEE)”

Organizadores:
Orlando Silva de Oliveira
Maria Patrícia Lourenço Barros
Maria Lair Sabóia de Oliveira Lima

M541a Oliveira, Orlando Silva de (Org.)
 Atendimento educacional especializado (AEE) [livro eletrônico] / Organização Orlando Silva de Oliveira, Maria Patrícia Lourenço Barros, Maria Lair Sabóia de Oliveira Lima. – Salgueiro-PE : IFSertãoPE, 2026.
 65 p. ; il ; PDF

ISBN: 978-65-979621-0-5

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.19240460>

1. Educação inclusiva. 2. Atendimento especializado. 3. Acessibilidade. I. Oliveira, Orlando Silva de. II. Barros, Maria Patrícia Lourenço. III. Lima, Maria Lair Sabóia de Oliveira. IV. Título.

CDU 376

Catálogo da publicação na fonte elabora pela Bibliotecária
Maria das Dores da Rocha Medeiros - CRB/15 - 0544

SOBRE OS ORGANIZADORES

Orlando Silva de Oliveira

Doutor em Letras pela UERN (2023), mestre em Ciência da Computação pelo CIn/UFPE (2014), especialista em Administração de Sistemas de Informação pela UFLA (2007), graduado em Ciência da Computação pela FACAPE (2005) e técnico em Contabilidade pelo Colégio Dom Malan (2000). Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em softwares, atuando principalmente nos seguintes temas: lógica de programação, linguagens de programação, desenvolvimento de software, engenharia de requisitos, multimídia, software livre e ensino.

E-mail: orlando.silva@ifsertão-pe.edu.br

Maria Patricia Lourenco Barros

Mestre em Educação pelo programa MPED da UFBA. Especialista em LIBRAS e no Ensino da Língua Portuguesa, com atuação e experiência na área de Libras. Licenciada em Letras/Libras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva pelo IFTM - UPT (Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica). Licenciada em Letras pela FACHUSC. Atualmente é professora de LIBRAS e da disciplina de Educação Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.

Email: patricia.lourenco@ifsertao-pe.edu.br

Maria Lair Sabóia de Oliveira Lima

Educadora, Pesquisadora e Escritora. Bacharela em Química pela Universidade Federal do Ceará (2010), Mestra em Química Orgânica pela Universidade Estadual de Campinas (2013) e Doutora em Ciências na área de Química Orgânica (2017) pela mesma instituição, com doutorado sanduíche - CAPES/PDSE/CsF - na Universidad del País Vasco (EHU/UPV), no Grupo de Investigación Química Bioorgánica y Modelización Molecular, sob supervisão do Prof. Dr. Fernando Cossío. De fevereiro de 2017 a setembro de 2018, foi professora efetiva da Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura, exclusivamente no curso de Tecnologia em Processos Químicos. Foi professora efetiva no Instituto Federal da Bahia, nos Campi de Porto Seguro e Juazeiro. Atualmente, é docente no Instituto Federal do Sertão Pernambucano, no Campus de Salgueiro (Zona Rural) e membro do Grupo de Estudos Ambientais no Sertão Pernambucano (GEASP). Dentre os livros de Literatura Infantil publicados com conteúdos delicados à infância estão as obras "O mundo de Tito" (premiado no 2024 International Latino Book Awards), "Renato, bom de papo!", "PAI e MAE", "Gelinho no coração", "Chico, o sapinho precavido" e "Julinho e as cores das coisas".

E-mail: maria.lair@ifsertao-pe.edu.br

AUTORES

Ronny Diogenes de Menezes

E-mail: ronny.diogenes@gmail.com

Edilene Francisco de Carvalho

E-mail: edilenecarvalho100eape@gmail.com

Orlando Silva de Oliveira

E-mail: orlando.silva@ifsertão-pe.edu.br

Maria do Socorro Monteiro de Sá

E-mail: socorromonte2013@gmail.com

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO SERTÃO PERNAMBUCANO (IFSertãoPE)**

REITOR

Jean Carlos Coelho de Alencar

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Adeisa Guimarães Carvalho

DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS SALGUEIRO

Rônero Márcio Cordeiro

DIREÇÃO DE ENSINO

Handherson Leylton Costa Damasceno

COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO - COEX

João de Melo Vieira Neto

DIAGRAMAÇÃO

Orlando Silva de Oliveira

INTÉRPRETES

Clecia Regina Dos Santos Souza

Marcia Efigenia Pereira de Aquino Bartolomeu

AUDIODESCRITORA

Patrícia Silva de Jesus

REVISÃO TEXTUAL

José Juvêncio Neto de Souza

Cíntia Luiza Mascarenhas de Souza Albuquerque

Este e-book constitui o produto final do curso de Formação Continuada em Atendimento Educacional Especializado (AEE). O material foi desenvolvido com recursos do Ministério da Educação (MEC), da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da DIPEBS, pelo IFSertãoPE – Campus Salgueiro, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Sua execução contou com o apoio do Centro de Formação Continuada e em Serviço do Estado de Pernambuco, por meio da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (RENAFOR).

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	3
2. Princípios, Fundamentos e Práticas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Perspectiva Inclusiva	4
2.1 Fundamentos e Marcos Legais do AEE	4
2.2 O AEE na prática	5
2.3 Perspectiva Inclusiva e o Papel do AEE	8
2.4 Articulação entre AEE e Sala Comum	10
2.5 Desafios da Implantação do AEE	11
2.6 O Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a Inclusão	13
3. Tipos de Deficiências e o Público do AEE	15
3.1 Deficiência Intelectual	17
3.2 Deficiência Física	18
3.3 Deficiência Auditiva / Surdez	20
3.4 Deficiência Visual.....	22
3.5 Surdocegueira.....	22
3.6 Transtorno do Espectro Autista (TEA)	23
3.7 Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD).....	23
3.8 Deficiência Múltipla	24
3.9 Síntese geral: necessidades, barreiras e estratégias	24
4. Organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE)	26
4.1 O papel do AEE na escola inclusiva	26
4.2 Salas de Recursos Multifuncionais (SRM)	27
4.3 Perfil e formação do professor do AEE	29
4.4 O AEE nas escolas de tempo integral.....	31
4.5 PDDE e aquisição de recursos para o AEE	31
4.6 Organização do trabalho pedagógico na SRM	32
5. Estudo de Caso, PAEE, PEI e Planejamento Colaborativo na Educação Inclusiva	34
5.1 O Estudo de Caso: ponto de partida no AEE	34
5.2 O Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE).....	35
5.3 O Plano Educacional Individualizado (PEI).....	36

5.4 Planejamento colaborativo: uma cultura escolar necessária	37
5.5 A articulação entre AEE e sala comum.....	38
6. Acessibilidade e Tecnologia Assistiva no AEE	41
6.1 Acessibilidade: conceito e dimensões.....	41
6.2 Acessibilidade educacional no cotidiano escolar	43
6.3 Tecnologia Assistiva: conceitos e finalidades	43
6.4 Exemplos de TA por tipo de deficiência	45
6.5 Acessibilidade digital e desenho universal.....	46
6.6 O uso da TA articulado ao currículo e ao AEE.....	46
6.7 Escolha da TA: fluxos e critérios pedagógicos.....	47
7. Considerações Finais	48
Referências	50
Links dos textos traduzidos em Libras	53

1. Apresentação

Este trabalho constitui um dos produtos finais do Curso de Formação Continuada em Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e com o Ministério da Educação, por meio da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (RENAFOR), sendo executado em colaboração com o Centro de Formação Continuada e em Serviço do Estado de Pernambuco.

Seu objetivo é oferecer um material didático, acessível e tecnicamente consistente, capaz de apoiar docentes, gestores, professores do AEE e demais interessados na construção de práticas educativas verdadeiramente inclusivas. Embora tenha origem no curso realizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem *Moodle*, este material foi desenvolvido para ser um documento independente e útil a qualquer instituição educacional que deseje fortalecer políticas e práticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

O material está organizado em capítulos que abordam os fundamentos legais da Educação Especial, características do público atendido pelo AEE, práticas pedagógicas, tecnologias assistivas, elaboração de documentos como o PAEE e o PEI, além de orientações institucionais sobre acessibilidade e organização das Salas de Recursos Multifuncionais.

2. Princípios, Fundamentos e Práticas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Perspectiva Inclusiva

Ronny Diógenes de Menezes

A educação inclusiva no Brasil é fruto de um longo processo histórico e legislativo que busca assegurar que todos os estudantes, com ou sem deficiência, tenham direito ao acesso, participação e aprendizagem na escola regular. Nesse contexto, o AEE desempenha papel fundamental na remoção de barreiras e na oferta de recursos que ampliam a autonomia e o acesso ao currículo.

2.1 Fundamentos e Marcos Legais do AEE

A Constituição Federal de 1988 consolidou a educação como direito de todos e assegurou o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) reforça a Educação Especial como modalidade transversal, garantindo recursos, serviços e professores especializados. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) marcou uma virada conceitual ao afirmar que o atendimento deve ocorrer de forma complementar ou suplementar, articulado à sala regular.

Outros documentos, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI, Lei nº 13.146/2015), o Decreto nº 7.611/2011¹ e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2009, consolidam a compreensão da inclusão como responsabilidade de toda a escola, assegurando acessibilidade, educação bilíngue para surdos, tecnologias assistivas e a proibição de práticas discriminatórias.

2.2 O AEE na prática

A finalidade do AEE é assegurar condições de acesso ao currículo, ampliando a participação e a independência dos estudantes no cotidiano escolar visando autonomia. Esse atendimento atua diretamente sobre diferentes tipos de barreiras que podem comprometer o processo de ensino e aprendizagem, garantindo que todos os estudantes tenham oportunidades equitativas de participação no ensino comum.

O sistema do AEE organiza-se a partir da identificação e da superação de barreiras pedagógicas, comunicacionais, sensoriais, tecnológicas e atitudinais, sempre com o objetivo central de promover o acesso ao currículo, a autonomia e a participação ativa dos estudantes no ambiente escolar. Conforme ilustrado na Figura 1 a seguir:

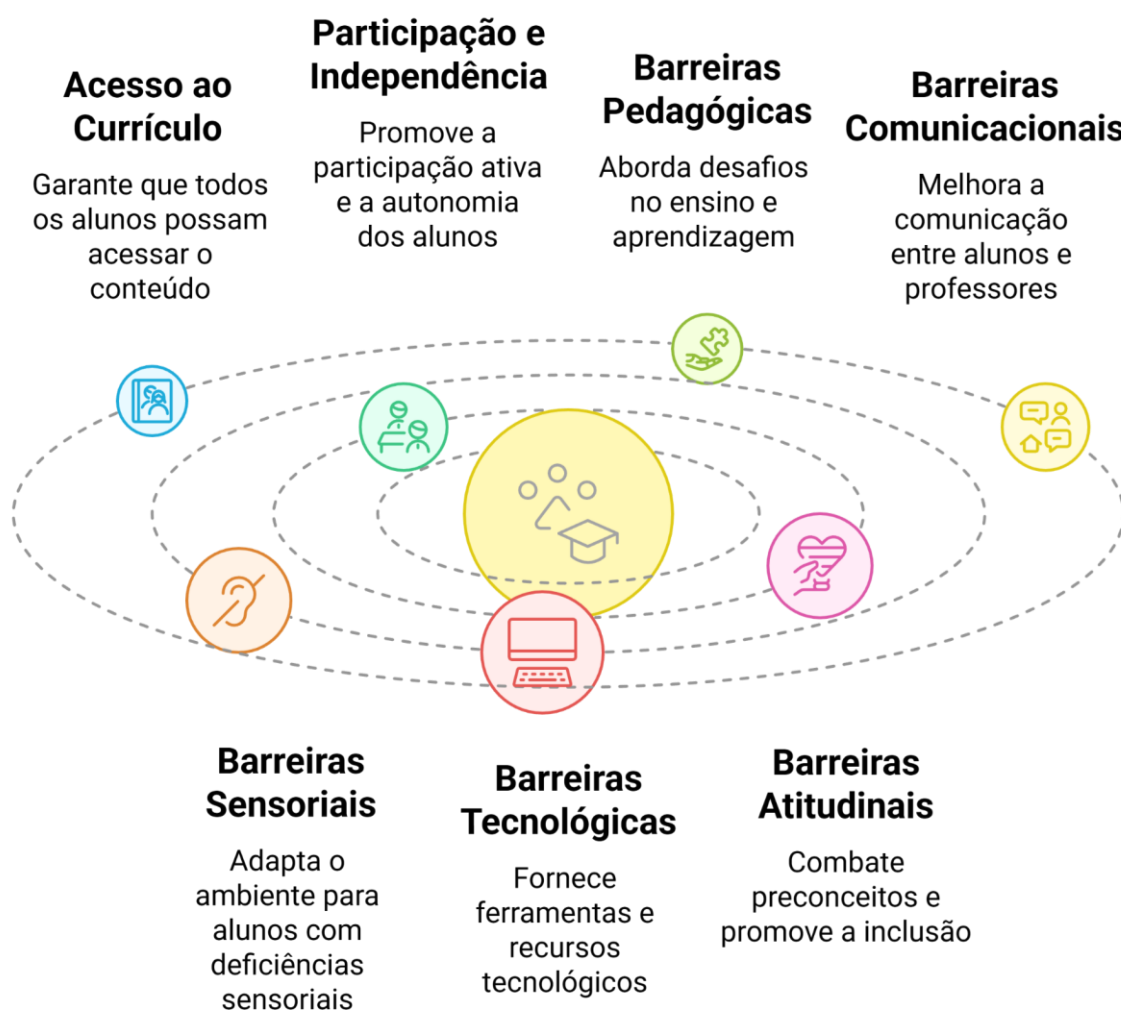
Diferentemente de práticas de reforço ou recuperação, o AEE não retoma conteúdos curriculares. Seu foco não está nas lacunas de aprendizagem, mas na criação de condições necessárias para que o estudante possa aprender em igualdade de oportunidades, atuando de forma complementar ao ensino comum.

O AEE é ofertado, preferencialmente, em horário distinto ao das aulas e ocorre nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), ambientes equipados com materiais pedagógicos adaptados, recursos táteis, jogos estruturados, dispositivos de

¹ O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, é uma legislação que trata sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado (AEE).

comunicação alternativa, livros acessíveis, computadores com softwares específicos e diferentes Tecnologias Assistivas (TA).

Figura 1 – Dimensões de atuação do AEE.



Fonte: Elaborado pelo autor.

As SRM não substituem a sala comum; ao contrário, ampliam as possibilidades de aprendizagem ao preparar o estudante para enfrentar e superar as barreiras presentes

no ensino regular, assegurando condições de acesso, participação e aprendizagem no currículo.

Conforme estabelecido nas políticas públicas da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, especialmente no Decreto nº 7.611/2011 e nas Diretrizes Operacionais do AEE, o atendimento educacional especializado pode assumir duas naturezas, conforme o público atendido e as barreiras identificadas:

- **Complementar:** destinado aos estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA)², tem como finalidade complementar a formação escolar, oferecendo apoios permanentes e contínuos que possibilitem o acesso ao currículo da sala comum. Nesse caso, o AEE trabalha os mesmos conteúdos curriculares, por meio de adaptações, recursos de acessibilidade, Tecnologias Assistivas e estratégias pedagógicas específicas, sem caráter de reforço escolar.
- **Suplementar:** destinado aos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), tem como finalidade suplementar a formação escolar, ampliando e aprofundando experiências de aprendizagem. O atendimento ocorre de forma temporária ou conforme a necessidade, por meio do desenvolvimento de habilidades específicas, projetos de enriquecimento curricular, investigação, aprofundamento temático e estímulo ao potencial criativo e intelectual do estudante.

² O TEA é um transtorno marcado por alterações no neurodesenvolvimento, que afetam a comunicação, a linguagem, a interação social e o comportamento do indivíduo. Ainda assim, a identificação precoce possibilita a aplicação de estímulos que favorecem a autonomia e a melhoria da qualidade de vida da pessoa autista.

O público atendido pelo AEE inclui, portanto, estudantes com deficiência, TEA e AH/SD³, respeitando as especificidades de cada grupo e as diretrizes legais que orientam a organização do serviço.

Importante: o acesso ao AEE não depende de laudo médico, mas da identificação pedagógica das necessidades educacionais do estudante. Documentos clínicos podem contribuir com informações relevantes, quando existentes, mas não constituem requisito para o atendimento.

2.3 Perspectiva Inclusiva e o Papel do AEE

A perspectiva inclusiva compreende que todos pertencem à escola e devem aprender juntos. Isso implica superar modelos de integração, nos quais o aluno precisava adaptar-se à escola, e adotar práticas de inclusão, em que a própria instituição se transforma para garantir equidade no acesso, na participação e na aprendizagem.

Nesse modelo, o AEE constitui uma estratégia de justiça pedagógica, pois oferece recursos e apoios específicos para cada estudante, respeitando diferentes ritmos, modos de aprender e formas de comunicação.

O papel do professor do AEE, nesse contexto, envolve um conjunto articulado de ações pedagógicas, que vão desde a identificação de barreiras até o acompanhamento contínuo do desenvolvimento do estudante, conforme sintetizado na Figura 2 a seguir.

A atuação do professor do AEE inclui a identificação e análise das barreiras à aprendizagem, o planejamento do Plano de Atendimento Educacional Individualizado (PAI), a produção e adaptação de materiais acessíveis, a orientação aos professores da sala comum, o trabalho colaborativo com as famílias e a equipe escolar, o monitoramento

³ Condições como os transtornos específicos de aprendizagem, a exemplo da dislexia, podem gerar barreiras significativas à aprendizagem e demandar estratégias pedagógicas diferenciadas no contexto escolar. No entanto, conforme a legislação vigente, essas condições não caracterizam, por si só, o público do Atendimento Educacional Especializado, devendo ser atendidas prioritariamente no âmbito da sala comum, por meio de práticas pedagógicas inclusivas e acompanhamento pedagógico adequado.

do desenvolvimento do estudante ao longo do tempo e a organização da SRM como um ambiente funcional e motivador.

Figura 2 – Atribuições do professor do AEE na perspectiva inclusiva.



Fonte: Elaborado pelo autor.

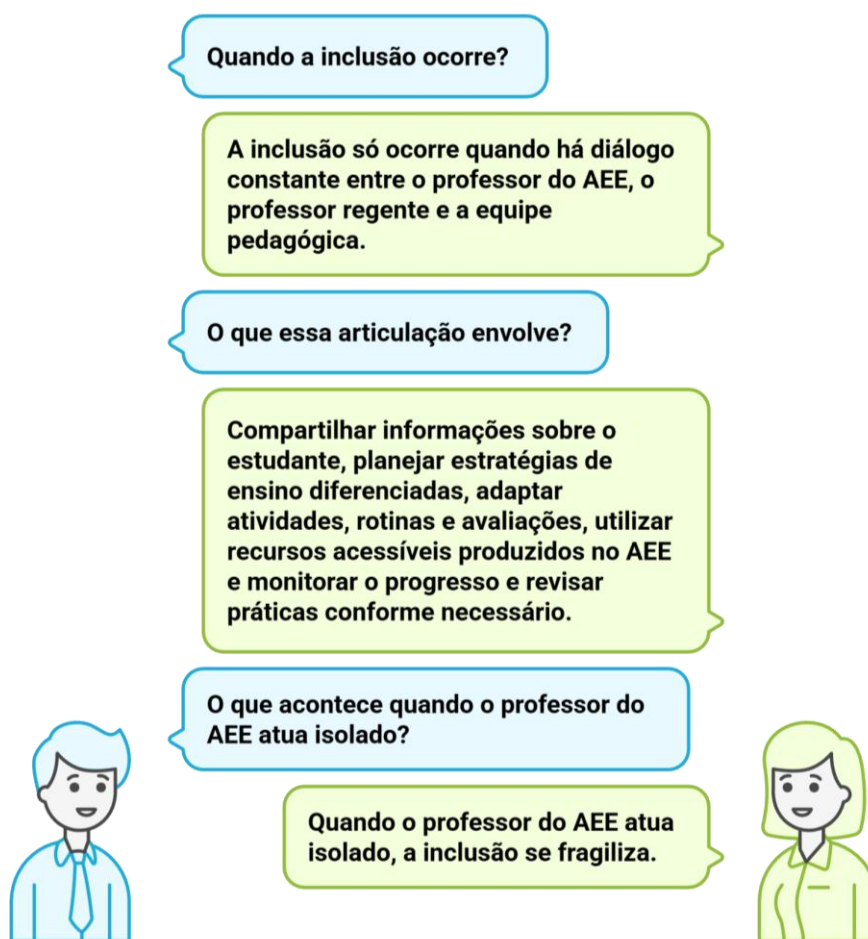
Dessa forma, o AEE não se configura como reforço escolar, nem como espaço de repetição de conteúdo, mas como um serviço especializado voltado à eliminação de barreiras e à promoção da participação plena dos estudantes no ensino comum.

2.4 Articulação entre AEE e Sala Comum

A inclusão escolar só se efetiva quando há diálogo constante e cooperação entre o professor do AEE, o professor regente e a equipe pedagógica. Essa articulação é fundamental para que as ações inclusivas não sejam pontuais ou fragmentadas, mas integradas ao cotidiano da sala comum.

Essa relação colaborativa envolve diferentes dimensões do trabalho pedagógico, conforme sintetizado na Figura 3, que destaca tanto as condições necessárias para a inclusão quanto às consequências da atuação isolada do AEE.

Figura 3 – Articulação entre o AEE, a sala comum e a equipe pedagógica na perspectiva inclusiva.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como observamos na Figura 3, a articulação entre o AEE e a sala comum pressupõe o compartilhamento de informações sobre o estudante, o planejamento conjunto de estratégias de ensino diferenciadas, a adaptação de atividades, rotinas e avaliações, o uso de recursos acessíveis produzidos no AEE e o monitoramento contínuo do progresso do aluno, com revisão das práticas sempre que necessário.

Uma escola inclusiva é construída de forma coletiva. Quando o professor do AEE atua de maneira isolada, sem diálogo com os demais profissionais, as ações perdem força e a inclusão se fragiliza, deixando de cumprir seu papel de garantir equidade e participação para todos os estudantes.

2.5 Desafios da Implantação do AEE

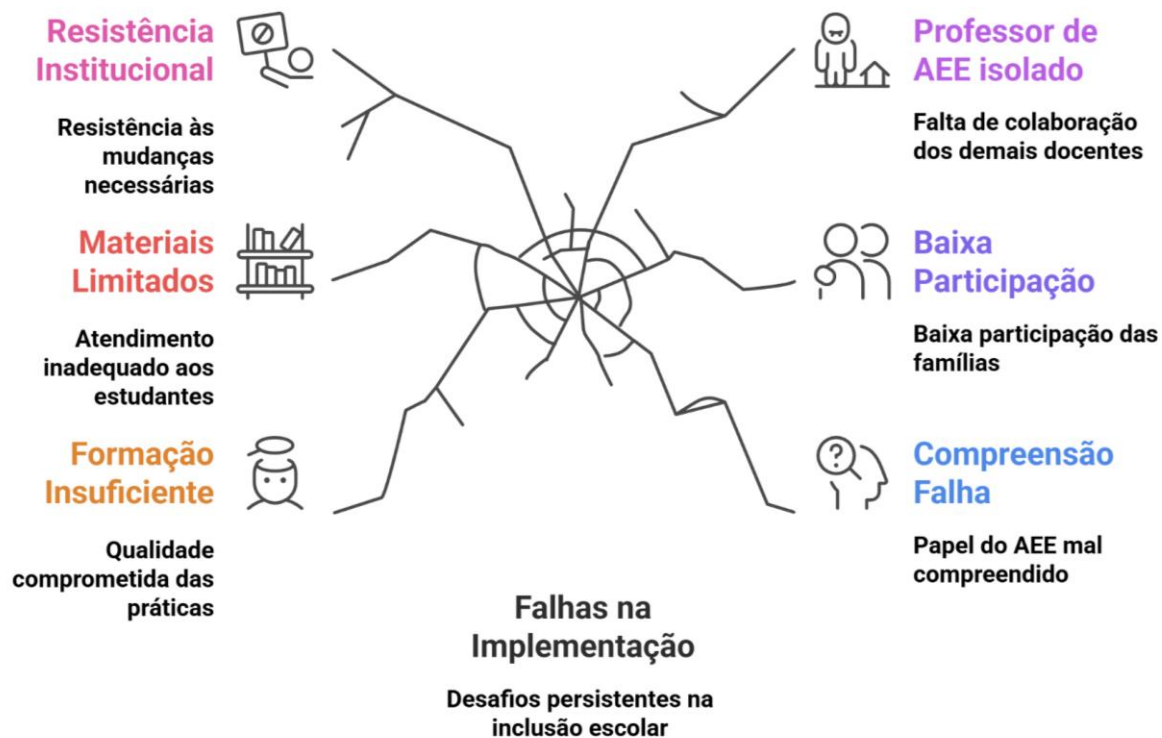
Embora a legislação brasileira avance no reconhecimento do direito à educação inclusiva, diversos desafios ainda persistem na implementação efetiva do AEE no cotidiano escolar. Esses obstáculos não se apresentam de forma isolada, mas interligados, comprometendo a consolidação de práticas inclusivas consistentes.

A Figura 4 sintetiza os principais fatores que fragilizam a implementação do AEE, evidenciando como questões institucionais, formativas, estruturais e relacionais se articulam e impactam diretamente a inclusão escolar.

Entre os desafios mais recorrentes na implementação do AEE destacam-se a formação insuficiente dos professores, tanto inicial quanto continuada, o que compromete a qualidade das práticas pedagógicas; a limitação de materiais e recursos, resultando em atendimento inadequado aos estudantes; e a resistência institucional às mudanças necessárias para a efetivação da inclusão escolar. Soma-se a esses fatores o isolamento do professor de AEE, decorrente da falta de colaboração dos demais docentes nos processos de planejamento e atuação pedagógica, bem como a baixa participação das famílias. Observa-se, ainda, uma compreensão falha acerca do AEE, cujo papel permanece, em muitos contextos, mal compreendido e equivocadamente associado ao reforço escolar, configurando falhas persistentes na implementação das políticas de inclusão.

Superar esses desafios exige políticas públicas consistentes, investimento em condições estruturais adequadas e, sobretudo, o compromisso coletivo da comunidade escolar, reconhecendo o AEE como um serviço estratégico para a eliminação de barreiras e a garantia do direito à educação inclusiva e a autonomia do estudante. Vejamos a figura a seguir:

Figura 4 – Principais desafios na implementação do Atendimento Educacional Especializado.



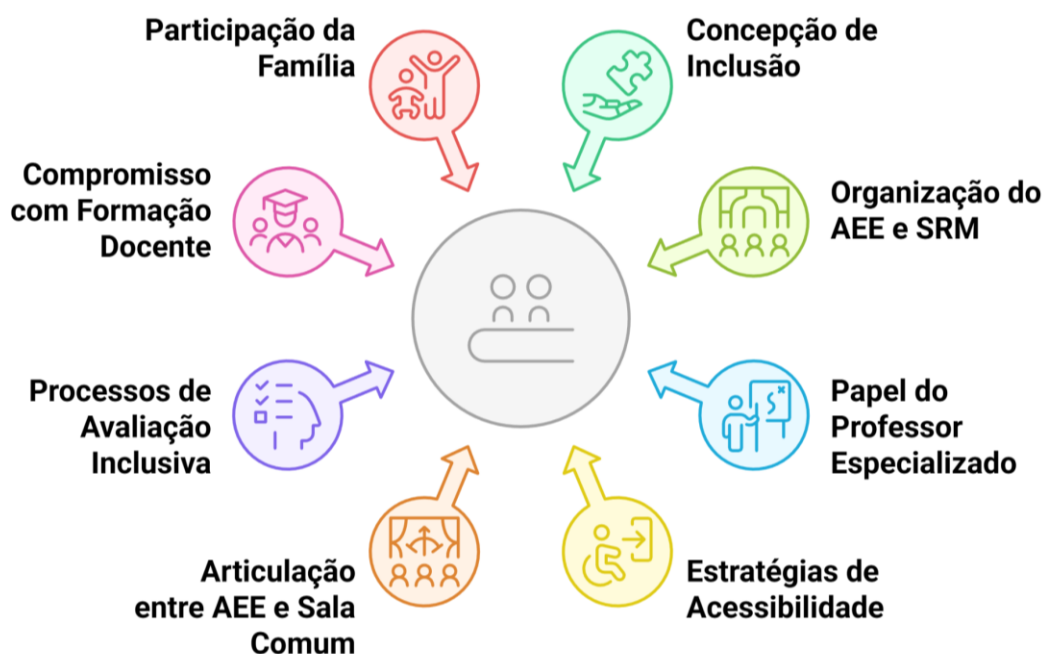
Fonte: Elaborado pelo autor.

2.6 O Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a Inclusão

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o documento que expressa a identidade da escola e orienta suas ações pedagógicas, administrativas e organizacionais. Para que seja efetivamente inclusivo, o PPP precisa incorporar princípios, estratégias e compromissos que assegurem o direito à educação de todos os estudantes, respeitando suas singularidades.

Os principais componentes de um PPP inclusivo estão sintetizados na Figura 5, evidenciando que a inclusão não se resume a ações isoladas, mas resulta de uma articulação orgânica entre concepções, práticas e responsabilidades compartilhadas.

Figura 5 – Componentes de um Projeto Político-Pedagógico inclusivo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Um PPP inclusivo deve explicitar a concepção de inclusão adotada pela escola, definir a organização do AEE e da SRM, reconhecer o papel do professor especializado, prever estratégias de acessibilidade, estabelecer formas de articulação entre o AEE e a sala comum, garantir processos de avaliação inclusiva e assumir o compromisso com a formação continuada dos docentes e com a participação ativa das famílias.

Mais do que um conjunto de diretrizes formais, um PPP inclusivo representa um compromisso ético que orienta o cotidiano escolar. O AEE constitui uma ferramenta essencial para garantir acesso, participação e aprendizagem, mas sua eficácia depende do envolvimento coletivo da escola, da articulação entre os profissionais e do

reconhecimento da diversidade como valor central da prática educativa. Incluir é olhar para cada estudante como sujeito de direitos e organizar a escola para que esse direito se concretize.

3. Tipos de Deficiências e o Público do AEE

Edilene Francisco de Carvalho

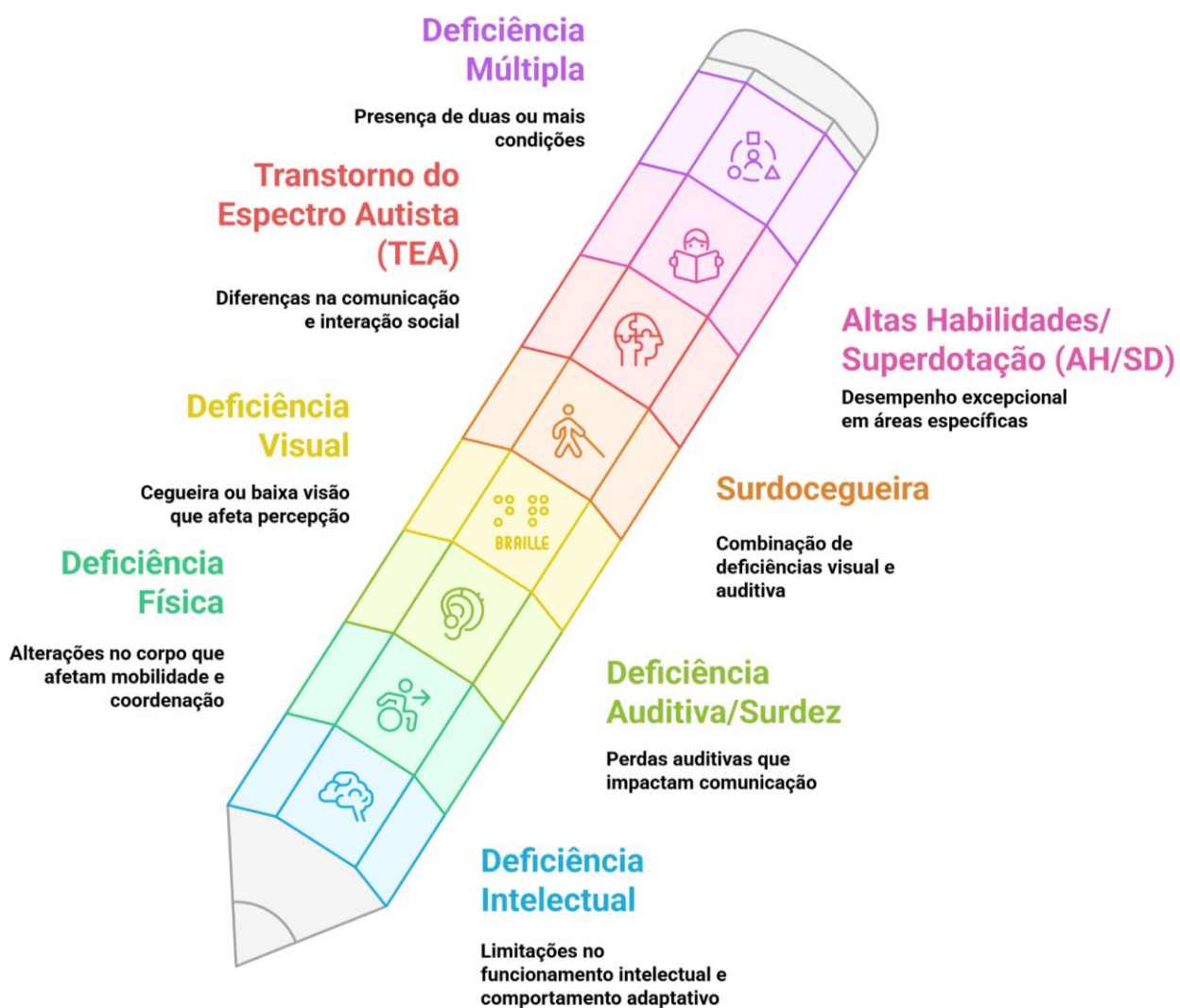
Orlando Silva de Oliveira

O AEE atende ao mesmo público da Educação Especial, considerando estudantes com diferentes formas de interação, percepção, comunicação e aprendizagem. Conhecer esses perfis contribui para que o professor identifique barreiras, compreenda necessidades educacionais específicas e planeje estratégias pedagógicas mais justas e eficazes. As categorias aqui apresentadas constituem um ponto de partida para a prática inclusiva, e não limites rígidos ou classificatórios.

A Figura 6 apresenta uma síntese dos principais públicos atendidos pelo AEE, conforme descrito nas políticas públicas e no contexto educacional brasileiro, evidenciando a diversidade de deficiências, transtornos e condições que demandam apoios especializados.

A partir dessa visão geral, as seções seguintes aprofundam as características, barreiras e possibilidades de atuação do AEE em relação a cada público, destacando estratégias pedagógicas, recursos de acessibilidade e formas de organização do atendimento que favorecem a participação, a autonomia e a aprendizagem dos estudantes.

Figura 6 – Diversidade de deficiências e público atendido pelo Atendimento Educacional Especializado.



Fonte: Elaborado pelos autores.

3.1 Deficiência Intelectual

A deficiência intelectual caracteriza-se por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, manifestadas antes da fase adulta. Tais limitações abrangem áreas como comunicação, habilidades sociais, resolução de problemas e autonomia. No contexto escolar, esses desafios podem se expressar em dificuldades na abstração de conceitos, na organização das tarefas e no planejamento das atividades pedagógicas.

Nesse sentido, o uso de jogos, materiais manipuláveis e rotinas visuais sistematizadas mostra-se um recurso pedagógico relevante, pois contribui para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e motoras.

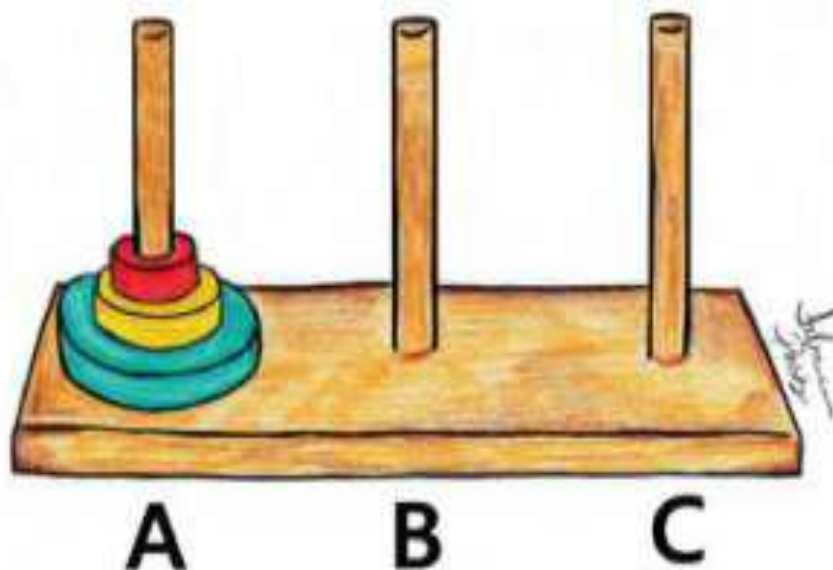
O AEE atua na identificação de barreiras pedagógicas e ambientais que dificultam a participação plena do estudante, ao mesmo tempo em que disponibiliza recursos e estratégias para favorecer seu desenvolvimento. Torna-se, portanto, fundamental valorizar as potencialidades do estudante, ajustar expectativas e propor atividades concretas, graduais e contextualizadas, alinhadas às suas necessidades educacionais específicas.

O quebra-cabeça As Torres de Hanói⁴, apresentado na Figura 7, é uma valiosa ferramenta para estudantes com deficiência intelectual, pois suas regras claras e manipulação concreta desenvolvem habilidades como resolução de problemas, planejamento, memória de trabalho e organização sequencial.

⁴ O jogo matemático das Torres de Hanói consiste em transferir uma pilha de discos de tamanhos diferentes de um pino de origem para um pino de destino, utilizando três hastes. O desafio deve seguir rigorosamente três regras: (1) Mover apenas um disco de cada vez, sempre pegando o disco superior da pilha; (2) O disco movido deve ser colocado em outra pilha ou em um pino vazio; e, (3) Nunca se pode colocar um disco maior sobre um disco menor.

No AEE, essa atividade atua como mediadora cognitiva, promovendo autonomia, atenção e estratégias de pensamento transferíveis para a vida escolar e cotidiana. Observe a Figura 7.

Figura 7 - Torres de Hanói.



Fonte: Passos (2015).

3.2 Deficiência Física

A deficiência física envolve alterações no funcionamento do corpo que podem impactar a mobilidade, a coordenação de movimentos, a força, a postura ou a comunicação motora. Essas condições podem ser decorrentes de paralisia cerebral, lesões medulares, amputações, anomalias congênitas, distrofias musculares, entre outras.

As barreiras enfrentadas por esses estudantes geralmente são de natureza arquitetônica, postural, instrumental ou metodológica. O AEE contribui promovendo acessibilidade, adaptando materiais, ajustando mobiliário e orientando a equipe escolar

quanto ao uso de recursos de apoio, como talhas, órteses, cadeiras adequadas ou TA para escrita e comunicação.

A partir dessas características, é possível identificar alguns tipos de barreiras que costumam influenciar o cotidiano escolar de estudantes com deficiência física, bem como ajustes que podem favorecer sua participação e autonomia:

- **Barreiras arquitetônicas:** ocorrem quando a estrutura física da escola impede ou dificulta a circulação, o acesso às salas e o uso de ambientes comuns. Ajustes como rampas bem dimensionadas, corrimãos, portas ampliadas, banheiros acessíveis e reorganização do mobiliário contribuem significativamente para a superação dessas barreiras.
- **Barreiras posturais:** relacionam-se às dificuldades de manter postura adequada ou sustentação corporal durante as atividades, o que pode gerar desconforto ou limitar o tempo de permanência em determinadas tarefas. Cadeiras adaptadas, mesas reguláveis, apoios de tronco e cabeça e o uso de almofadas anatômicas favorecem maior estabilidade e conforto.
- **Barreiras instrumentais:** surgem quando o estudante encontra limitações no uso de materiais escolares devido à motricidade fina reduzida. Engrossadores de lápis, suportes para caderno, pranchas de apoio, teclados adaptados, switches e dispositivos de preensão são alguns dos recursos que podem ampliar o acesso às atividades.
- **Barreiras metodológicas ou pedagógicas:** dizem respeito à forma como as atividades são propostas, especialmente quando exigem esforço motor incompatível com as condições do estudante. Flexibilizar tarefas, permitir diferentes formas de resposta, ajustar o tempo de realização e incorporar TA ao processo de escrita ou registro são ajustes que contribuem para uma participação mais efetiva.

-
- **Barreiras comunicacionais motoras:** presentes quando limitações motoras interferem na expressão oral ou gestual. Pranchas de comunicação, comunicadores alternativos, softwares de voz sintetizada e dispositivos acionados por movimento ocular oferecem alternativas úteis para garantir a comunicação e a participação do estudante.

3.3 Deficiência Auditiva / Surdez

A deficiência auditiva abrange perdas auditivas em diferentes graus (leve, moderada, severa ou profunda). Quando a perda é severa ou profunda, a pessoa pode se reconhecer culturalmente como surda. Essa distinção é importante porque define modos de comunicação, identidades linguísticas e, muitas vezes, o percurso educacional do estudante.

O AEE para estudantes surdos possui caráter bilíngue, articulando a Libras e a Língua Portuguesa em diferentes funções. O trabalho envolve o desenvolvimento de habilidades comunicativas, a exploração de recursos visuais, a promoção de ambientes bilíngues e a articulação pedagógica com professores de Libras, tradutores-intérpretes, família e equipe escolar.

Recursos imagéticos, vídeos legendados, dramatizações e práticas de leitura em diferentes suportes são essenciais nesse processo, favorecendo o acesso ao currículo e a ampliação das possibilidades de comunicação e participação do estudante.

É importante destacar que o AEE também atende estudantes com deficiência auditiva que fazem a opção pela oralidade como forma principal de comunicação. Nesses casos, o atendimento não se organiza a partir da Libras, mas por meio de metodologias específicas que consideram o desenvolvimento da linguagem oral e da Língua Portuguesa escrita, respeitando as características comunicacionais e educacionais desses estudantes.

Devido à diversidade linguística e de acesso à comunicação de estudantes surdos, o AEE se organiza em distintas modalidades, focadas em necessidades específicas de uso da Libras e de desenvolvimento da Língua Portuguesa escrita. Essa diferenciação é crucial para garantir o apoio adequado ao percurso linguístico e ao modo de comunicação de cada estudante.

O Quadro 1 resume os três principais modos de atuação do AEE com estudantes surdos, suas finalidades, características e orientações pedagógicas.

Quadro 1 – Modos de Atuação do AEE com Estudantes Surdos.

AEE em Libras	
Finalidade	Garantir acesso à Libras como língua de instrução e comunicação.
Características do Trabalho	Atividades realizadas diretamente em Libras; uso de recursos visuais; fortalecimento da fluência e compreensão; organização de práticas linguísticas em L1 ⁵ .
Aspectos Relevantes	Indicado para estudantes usuários de Libras; exige articulação com professores bilíngues, intérpretes e ambientes visuais acessíveis.
AEE para ensino de Libras	
Finalidade	Introduzir Libras a estudantes que ainda não a dominam.
Características do Trabalho	Ensino sistemático de sinais, vocabulário e estruturas básicas; uso de vídeos, materiais visuais e narrativas imagéticas.
Aspectos Relevantes	Importante para crianças que não tiveram contato prévio com Libras; favorece o desenvolvimento linguístico inicial e melhora a interação social.
AEE para ensino de Português como L2	
Finalidade	Desenvolver a Língua Portuguesa escrita como segunda língua.
Características do Trabalho	Práticas de leitura e escrita, ampliação de vocabulário, compreensão textual; uso de textos multimodais e apoio visual.

⁵ No contexto do AEE para estudantes surdos, L1 refere-se à primeira língua (Libras, Língua Brasileira de Sinais, como língua natural e de instrução para usuários surdos). L2 significa segunda língua (Português escrito, aprendido subsequentemente para acesso ao currículo escolar).

Aspectos Relevantes	Essencial para participação no currículo; requer metodologias específicas de ensino de L2 e diálogo contínuo com a sala comum.
---------------------	--

Fonte: Adaptado de Damázio (2007).

3.4 Deficiência Visual

A deficiência visual engloba tanto a cegueira quanto a baixa visão. A cegueira implica ausência total ou quase total de percepção visual; a baixa visão envolve limitações significativas que não são totalmente corrigidas com lentes ou cirurgias. Esses perfis demandam recursos específicos para acesso à informação.

O AEE inclui o ensino do Sistema Braille, o uso da máquina *Perkins*, da *reglete* e punção, do soroban, além de livros ampliados, recursos com alto contraste, lupas, filtros e técnicas de orientação e mobilidade. Para estudantes com baixa visão, ajustes simples podem fazer grande diferença, como a ampliação da fonte, o contraste adequado, a iluminação controlada e o uso de materiais táteis. Para estudantes cegos e com baixa visão, o uso de tecnologias assistivas, como sintetizadores de voz, conversores de texto em áudio, *softwares* leitores de tela (*NVDA*, *DOSVOX*, entre outros), amplia o acesso à informação. O objetivo central é garantir o acesso ao currículo e fortalecer a autonomia perceptiva.

3.5 Surdocegueira

A surdocegueira é uma deficiência que combina condições de visão e audição de modo a limitar significativamente a comunicação, a mobilidade e o acesso à informação. Não se trata da soma de duas deficiências, mas de uma condição específica que exige mediações próprias.

A comunicação pode ocorrer por meio de Libras tátil, alfabeto manual, Braille tátil, Tadoma, objetos de referência, pistas táteis e outros sistemas individualizados. O AEE

deve organizar ambientes com segurança, promover exploração sensorial rica, garantir apoio de guia-intérpretes quando necessário e construir estratégias comunicacionais altamente personalizadas. O vínculo e a previsibilidade das rotinas são aspectos essenciais nesse processo e a orientação e mobilidade.

3.6 Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O TEA apresenta-se de forma bastante diversa, envolvendo diferenças na comunicação, na interação social e na presença de padrões de comportamento repetitivos ou interesses específicos. A intensidade dessas características varia, e cada estudante têm necessidades em diferentes níveis de apoio.

O AEE contribui organizando ambientes previsíveis, usando recursos visuais, oferecendo pranchas de comunicação e outras tecnologias assistivas, identificando sensibilidade sensorial e propondo atividades que incentivem o uso funcional da linguagem, a interação e a autonomia. O planejamento flexível e a articulação constante com a sala comum são fundamentais para garantir participação plena.

3.7 Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD)

Estudantes com AH/SD apresentam desempenho excepcional ou potencial elevado em áreas como raciocínio lógico, criatividade, liderança, artes ou habilidades psicomotoras. Frequentemente demonstram curiosidade intensa, pensamento divergente, rapidez na resolução de problemas e grande facilidade para aprendizagem autônoma.

Nesse caso, o AEE atua de forma suplementar, ampliando oportunidades de enriquecimento curricular por meio da promoção de atividades desafiadoras, projetos investigativos, participação em clubes de ciência, ações de extensão e aprofundamento temático. Além disso, pode contribuir para a organização de agrupamentos produtivos, para a orientação às famílias e, quando pertinente, para a discussão de estratégias como

a aceleração escolar. O objetivo é estimular o potencial do estudante, sem desconsiderar os aspectos sócio emocionais envolvidos em seu desenvolvimento.

3.8 Deficiência Múltipla

A deficiência múltipla envolve a presença de duas ou mais condições que interagem entre si, produzindo necessidades educacionais complexas. O impacto não é apenas a soma das deficiências, mas a forma como elas se combinam, influenciando comunicação, mobilidade, autonomia, percepção e aprendizagem.

O AEE precisa trabalhar com práticas altamente individualizadas, incorporando estimulação sensorial, comunicação alternativa, adaptações motoras e recursos de TA variados. O currículo funcional (voltado para vida diária, mobilidade, interação e autonomia) torna-se essencial. A articulação com família, saúde e assistência social fortalece o atendimento e contribui para uma compreensão mais ampla das necessidades do estudante.

3.9 Síntese geral: necessidades, barreiras e estratégias

Embora o público do AEE seja notavelmente diverso, três pilares estruturantes se destacam. Primeiramente, cada aluno possui necessidades singulares, exigindo abordagens particulares para sua aprendizagem, comunicação e interação. Em segundo lugar, todos os estudantes enfrentam barreiras, sejam elas arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, pedagógicas ou digitais, cuja natureza varia conforme suas características e o contexto escolar. Por fim, as intervenções devem ser individualizadas e focadas na remoção dessas barreiras, sempre visando a promoção da autonomia, participação e convivência do estudante.

Mais do que dominar classificações, o professor do AEE precisa reconhecer a singularidade de cada sujeito. Essa compreensão orienta a elaboração de materiais adaptados, o uso de tecnologias assistivas, o planejamento colaborativo e a construção de ambientes acessíveis. Assim, a escola se torna um espaço de aprendizagem compartilhada, onde a diversidade não é um obstáculo, mas um elemento constitutivo do processo educativo.

4. Organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Maria do Socorro Monteiro de Sá
Orlando Silva de Oliveira

A organização do AEE é fundamental para a efetivação da educação inclusiva, pois exige planejamento, gestão, articulação e compromisso institucional. Um atendimento devidamente estruturado garante a participação, a autonomia e a aprendizagem dos estudantes público da Educação Especial.

4.1 O papel do AEE na escola inclusiva

O AEE desempenha função estratégica na escola inclusiva, pois contribui para eliminar barreiras que limitam o acesso ao currículo, a comunicação e a participação dos estudantes. Sua atuação envolve a identificação de necessidades educacionais específicas, a elaboração de estratégias pedagógicas individualizadas e o uso de recursos acessíveis que ampliam o protagonismo do estudante no contexto escolar.

Embora possua especificidades técnicas, o AEE não opera isoladamente. Ele integra a dinâmica da escola e fortalece a prática docente ao orientar professores e gestores sobre acessibilidade, adaptações e práticas pedagógicas inclusivas. O atendimento especializado também estabelece um elo importante com as famílias, oferecendo informações, apoio e acompanhamento contínuo do percurso educacional do estudante.

O AEE contribui não apenas para o estudante, mas para toda a escola: ao propor estratégias, ao compartilhar saberes e ao sugerir ajustes pedagógicos, ele ajuda a construir uma cultura institucional que reconhece e valoriza as diferenças.

4.2 Salas de Recursos Multifuncionais (SRM)

As SRM são o principal espaço pedagógico onde ocorre o AEE. Elas são ambientes organizados para oferecer intervenções planejadas, com recursos de TA, materiais pedagógicos acessíveis e mobiliário adaptado. A SRM através do AEE complementa ou suplementa o ensino da sala comum, sem substituí-lo, e tem como finalidade organizar e produzir recursos que favorecem a participação do estudante no currículo.

A intencionalidade é aspecto estruturante da SRM: cada material (seja um comunicador, um livro em Braille, um software acessível ou um mobiliário ajustável) precisa estar vinculado às necessidades identificadas no Plano de Atendimento Educacional Especializado. O ambiente deve ser funcional, acolhedor e organizado de forma que o estudante consiga compreender rotinas, acessar materiais e desenvolver autonomia.

Além do atendimento direto, a SRM funciona como um laboratório pedagógico de produção de acessibilidade. Nela, o professor do AEE adapta instrumentos, elabora materiais táteis e digitais, testa recursos de TA e prepara estratégias que serão utilizadas na sala comum de forma colaborativa com o professor da sala comum.

O quadro a seguir sistematiza os recursos essenciais sugeridos para este ambiente, categorizando-os conforme sua finalidade pedagógica e as especificidades do público da Educação Especial:

Quadro 2 - Recursos Sugeridos para SRM.

Categoria	Recursos e Materiais	Finalidade Pedagógica e Acessibilidade
1. Tecnologia Assistiva e Informática	• Computadores, notebooks e tablets. • Impressoras (tinta e Braille) e scanners com voz. • Teclados ampliados ou adaptados e mouses especiais (acionadores, trackball, joystick).	Oferecer acesso digital, à produção textual e ao uso de <i>softwares</i> educativos de acessibilidade é facilitado. A impressora Braille permite a criação de materiais táteis.
2. Softwares e Aplicativos de Acessibilidade	• Leitores de tela: NVDA, VoiceOver, TalkBack. • Tradução Português–Libras: VLibras e similares. • Leitura, escrita e matemática: softwares educativos acessíveis, com feedback visual e auditivo. • Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA): softwares específicos (detalhados na categoria 4).	Garantir acesso ao conteúdo digital e autonomia no uso do computador por estudantes com deficiência visual, auditiva, intelectual, motora ou TEA.
3. Recursos Pedagógicos Táteis e Adaptados	• Para deficiência visual: soroban, material dourado adaptado, mapas e gráficos em relevo, globo terrestre tátil, reglete e punção, máquina de escrever Braille (Perkins). • Para deficiência intelectual e dificuldades de aprendizagem: jogos pedagógicos concretos, jogos de memória tátil, torre de Hanói, ábacos grandes. • Geral: livros em Braille e livros com recursos táteis.	Favorecer a construção de conceitos matemáticos, geográficos e de alfabetização por meio da exploração tátil e concreta.
4. Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA)	• Pranchas de comunicação com símbolos (PCS). • Cartões de rotina com imagens e pictogramas. • Vocalizadores ou dispositivos com softwares de comunicação instalados.	Viabilizar a expressão, a compreensão e a interação social de estudantes com dificuldades na comunicação oral (TEA, paralisia cerebral, afasia, entre outros).
5. Recursos Ópticos e Visuais	• Lupas manuais e eletrônicas. • Planos inclinados e suportes individuais para leitura. • Cadernos com pautas ampliadas e reforçadas. • Canetas de escrita grossa ou porosa e lápis 3B/6B.	Maximizar o resíduo visual de estudantes com baixa visão, promovendo conforto visual, legibilidade e eficiência na leitura e escrita.
6. Mobiliário e Acessibilidade Física	• Mesas reguláveis. • Cadeiras com apoio postural e ajustes ergonômicos.	Eliminar barreiras físicas e posturais, garantindo estabilidade, alcance,

	• Tapetes táteis e divisórias para organização do espaço. • Engrossadores de lápis, tesouras adaptadas e fixadores de papel.	autonomia e participação nas atividades pedagógicas.
7. Recursos Auditivos e Libras	• Materiais didáticos acessíveis em Libras (vídeos, jogos e dicionários visuais). • Sistemas de amplificação sonora (FM) ou amplificadores individuais.	Apoiar a aquisição da Libras como L1 ⁶ e do Português como L2 para estudantes surdos, bem como favorecer a percepção sonora de estudantes com resíduo auditivo.

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.3 Perfil e formação do professor do AEE

O professor do AEE exerce um papel essencial na efetivação da educação inclusiva, atuando de forma articulada com os demais profissionais da escola. Sua atuação integra conhecimentos pedagógicos, técnicos, éticos e relacionais, voltados à eliminação de barreiras à aprendizagem e à ampliação da participação dos estudantes.

O conjunto de competências que compõe o perfil desse profissional está sintetizado na Figura 8, que evidencia o caráter multifacetado da atuação do professor do AEE, envolvendo desde a compreensão das especificidades do público atendido até a mediação colaborativa no contexto escolar.

A atuação do professor do AEE envolve a compreensão das especificidades das deficiências, do TEA e das AH/SD; o domínio de práticas pedagógicas acessíveis; o conhecimento e a aplicação de tecnologias assistivas; a elaboração, o acompanhamento e a revisão do PAEE; a construção colaborativa do PEI com os demais professores; o desenvolvimento de estratégias colaborativas com docentes, gestores e outros profissionais; e a atuação ética na defesa do direito à educação inclusiva.

⁶ Para estudantes surdos, a Libras é considerada a L1, por ser uma língua visual-gestual que garante acesso pleno à comunicação e ao desenvolvimento cognitivo. Já L2 corresponde à segunda língua, aprendida de forma mediada e sistemática; nesse caso, o Português, sobretudo na modalidade escrita, é trabalhado como L2, ampliando o acesso ao currículo e à participação social.

Figura 8 – O papel multifacetado do professor do Atendimento Educacional Especializado na atuação articulada com a escola inclusiva.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A formação desse profissional exige constante atualização, tanto nos fundamentos da Educação Especial quanto em abordagens contemporâneas, recursos tecnológicos e práticas pedagógicas inclusivas. Mais do que domínio técnico, o professor do AEE precisa desenvolver sensibilidade, escuta ativa, postura investigativa e habilidades de mediação. Sua função envolve dialogar com professores da sala comum, orientar as

famílias, registrar avanços e apoiar a escola na compreensão e na superação das barreiras que impedem a participação plena dos estudantes.

4.4 O AEE nas escolas de tempo integral

A oferta do AEE em escolas de tempo integral apresenta desafios específicos, pois é necessária a compatibilização do atendimento no contraturno com uma rotina escolar mais extensa. A ampliação da jornada pode aumentar as oportunidades pedagógicas, mas também exige atenção às demandas sensoriais, ao cansaço e ao equilíbrio entre atividades regulares, eletivas e o atendimento especializado.

Sendo assim, garantir o AEE no contexto da escola integral requer:

- Organização dos horários;
- Gestão compartilhada entre equipes;
- Planejamento personalizado para cada estudante;
- Integração entre projetos pedagógicos e atendimento especializado.

Quando bem organizado, o tempo integral potencializa aprendizagens, amplia repertórios culturais e favorece o desenvolvimento de autonomia. Em oficinas e projetos, estudantes com deficiência podem explorar habilidades e interesses em contextos menos formais, com acompanhamento orientado pelo AEE e demais profissionais envolvidos.

4.5 PDDE e aquisição de recursos para o AEE

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem papel fundamental na viabilização de recursos para as SRM. O PDDE Educação Especial fornece recursos específicos para a compra de equipamentos de TA, materiais pedagógicos acessíveis,

mobiliário adaptado, softwares, livros em formatos acessíveis e até serviços especializados quando necessário.

Para o uso adequado desses recursos, é essencial que o professor do AEE participe do diagnóstico e da definição de prioridades, avaliando:

- Quais barreiras precisam ser removidas;
- Quais materiais são essenciais para as necessidades atuais da SRM;
- Quais recursos impactarão mais fortemente a autonomia dos estudantes.
- Qual o etário e pedagógico dos estudantes para uso dos recursos.

4.6 Organização do trabalho pedagógico na SRM

O trabalho pedagógico desenvolvido na SRM exige planejamento rigoroso e intencionalidade. Cada atendimento deve estar alinhado às metas estabelecidas no PAEE e às demandas observadas na sala comum, quando necessário a elaboração do PEI, garantindo coerência entre o atendimento especializado e o ensino regular. A construção de uma rotina clara e previsível favorece a compreensão do funcionamento do atendimento e possibilita a participação ativa do estudante.

A organização do trabalho pedagógico na SRM envolve um conjunto articulado de ações, conforme sintetizado na Figura 9, que evidencia os principais eixos que orientam o planejamento, a execução e o acompanhamento das intervenções pedagógicas.

Nesse contexto, o trabalho na SRM compreende a definição de objetivos específicos, a seleção de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades do estudante, o uso de recursos acessíveis e de Tecnologias Assistivas (TA), a avaliação contínua dos avanços e a documentação sistemática de todo o processo pedagógico.

Figura 9 – Organização do trabalho pedagógico na Sala de Recursos Multifuncionais.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os registros, relatórios, PAEE, PEI e materiais produzidos na SRM não possuem caráter meramente burocrático; constituem instrumentos pedagógicos fundamentais que orientam a tomada de decisões, favorecem o trabalho colaborativo entre os profissionais da escola e asseguram a continuidade do percurso formativo do estudante. Nesse sentido, a SRM configura-se como um espaço de intervenção, criação, reflexão e transformação pedagógica, comprometido com a eliminação de barreiras e com a promoção da aprendizagem e da participação. Esse serviço deve ser assumido como responsabilidade da gestão escolar, que precisa garantir sua efetivação e a formação específica dos professores, de modo a assegurar um AEE qualificado e efetivo.

5. Estudo de Caso, PAEE, PEI e Planejamento Colaborativo na Educação Inclusiva

Ronny Diogenes de Menezes

A inclusão escolar vai muito além do acesso à matrícula: exige ações que assegurem permanência, participação e aprendizagem dos estudantes públicos da Educação Especial. Nesse processo, o planejamento pedagógico é fundamental, pois organiza as intervenções, orienta decisões e fortalece o trabalho entre os profissionais da escola. Esta seção apresenta os principais instrumentos que sustentam o Atendimento Educacional Especializado: o Estudo de Caso, o PAEE e o PEI, além de discutir tipos de planejamento colaborativo e a articulação entre professores do AEE e da sala comum.

5.1 O Estudo de Caso: ponto de partida no AEE

O Estudo de Caso é a primeira etapa do trabalho do professor de AEE. Trata-se de uma investigação pedagógica, que observa e registra aspectos sociais, afetivos, cognitivos, comunicacionais e familiares do estudante. Seu objetivo não é diagnosticar, mas compreender como o estudante aprende, como interage e quais barreiras dificultam sua participação.

Ele deve ser construído de forma colaborativa, com contribuições da família, professores da sala comum e profissionais externos quando houver. Assim, oferece uma visão integral do estudante e indica se ele necessita de AEE e quais acessibilidades devem ser organizadas.

O relatório é narrativo e inclui: potenciais e dificuldades, formas de comunicação, interações, recursos disponíveis, barreiras existentes, estratégias já utilizadas e resultados observados. Esse documento se renova ao longo do tempo, acompanhando o desenvolvimento do aluno.

5.2 O Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE)

O PAEE é um documento pedagógico que organiza todo o atendimento especializado, sendo elaborado a partir do Estudo de Caso do estudante. Sua função é estruturar ações, estratégias e recursos que assegurem a participação e a aprendizagem no currículo escolar, considerando as necessidades educacionais identificadas e as barreiras presentes no contexto escolar.

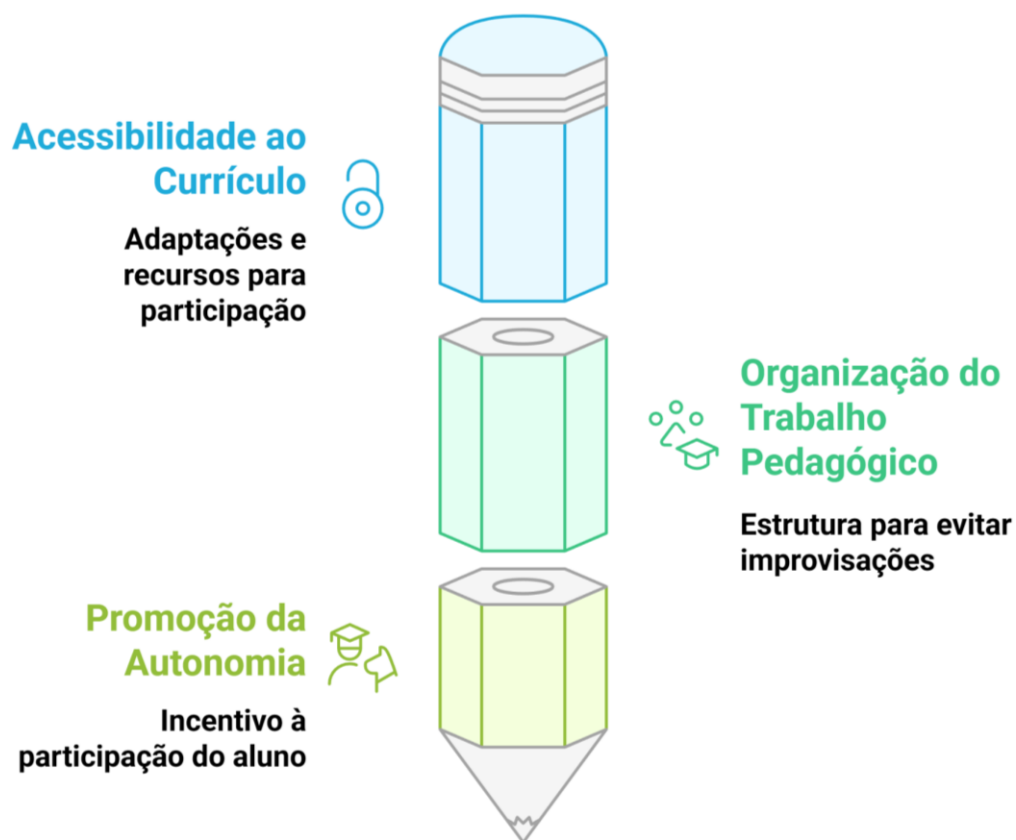
As finalidades centrais do PAEE estão sintetizadas na Figura 10, que evidencia seu papel como instrumento organizador do atendimento especializado, articulando acessibilidade ao currículo, organização do trabalho pedagógico e promoção da autonomia do estudante.

Nesse sentido, o PAEE cumpre três funções fundamentais: garantir a acessibilidade ao currículo, por meio de adaptações e recursos adequados à participação do estudante; organizar o trabalho pedagógico, evitando improvisações e ações desarticuladas; e promover a autonomia, incentivando a participação ativa do aluno nas atividades escolares.

A estrutura do PAEE geralmente contempla a identificação do estudante, o diagnóstico pedagógico, a definição de objetivos gerais e específicos, as estratégias de atendimento, os recursos de acessibilidade, o uso de Tecnologias Assistivas, bem como as formas de monitoramento e avaliação contínua do processo. Trata-se de um documento que deve ser elaborado de forma colaborativa entre o professor do AEE, os professores da sala comum, a família, a equipe pedagógica e, quando necessário,

profissionais externos, assegurando coerência e continuidade ao percurso formativo do estudante.

Figura 10 – Finalidades do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE).



Fonte: Elaborado pelos autores.

5.3 O Plano Educacional Individualizado (PEI)

O PEI organiza o acesso do estudante ao currículo da sala comum, ele surge a partir do estudo de caso e do PAEE. Ele é individualizado, porque considera as

particularidades de aprendizagem, comunicação e participação de cada aluno. Enquanto o PAEE estrutura o atendimento especializado, o PEI orienta diretamente a prática docente em sala regular considerando a necessidade.

As finalidades principais do PEI são:

- Garantir acesso significativo ao currículo;
- Orientar estratégias pedagógicas e adaptações;
- Promover autonomia e participação ativa;
- Monitorar o desenvolvimento por meio de avaliações contínuas.

Sua estrutura inclui: identificação do estudante, avaliação diagnóstica, objetivos gerais e específicos, adaptações curriculares necessárias, estratégias pedagógicas diferenciadas, recursos de acessibilidade, formas de avaliação e revisão periódica. Ele deve ser elaborado coletivamente e atualizado sempre que houver avanços ou novas barreiras.

A diferença essencial entre esses planos é que o **PAEE** organiza o Atendimento Educacional Especializado no contra turno. Já o **PEI** organiza o trabalho pedagógico na sala comum. Os dois se complementam e sustentam a inclusão escolar.

5.4 Planejamento colaborativo: uma cultura escolar necessária

O planejamento colaborativo ocorre quando professores da sala comum, AEE, equipe pedagógica, família e, quando possível, o próprio estudante, **compartilham responsabilidades** para garantir estratégias inclusivas. Ele valoriza diferentes olhares, fortalece o coensino e evita que a inclusão seja atribuída apenas ao professor de AEE.

As principais formas de planejamento colaborativo são:

- **Interdisciplinar:** articulação entre diferentes áreas do conhecimento;

-
- **Coletivo escolar:** realizado em HTPC ou reuniões pedagógicas;
 - **Parceria direta (coensino):** professor da sala comum e do AEE planejam e atuam juntos;
 - **Digital:** uso de plataformas colaborativas e ferramentas *online*.

Benefícios incluem práticas pedagógicas mais ricas, maior engajamento dos estudantes, fortalecimento da cultura inclusiva e aproximação entre escola e família. Entre os desafios estão a falta de tempo, resistência de alguns profissionais, diferenças de formação e escassez de materiais adaptados.

5.5 A articulação entre AEE e sala comum

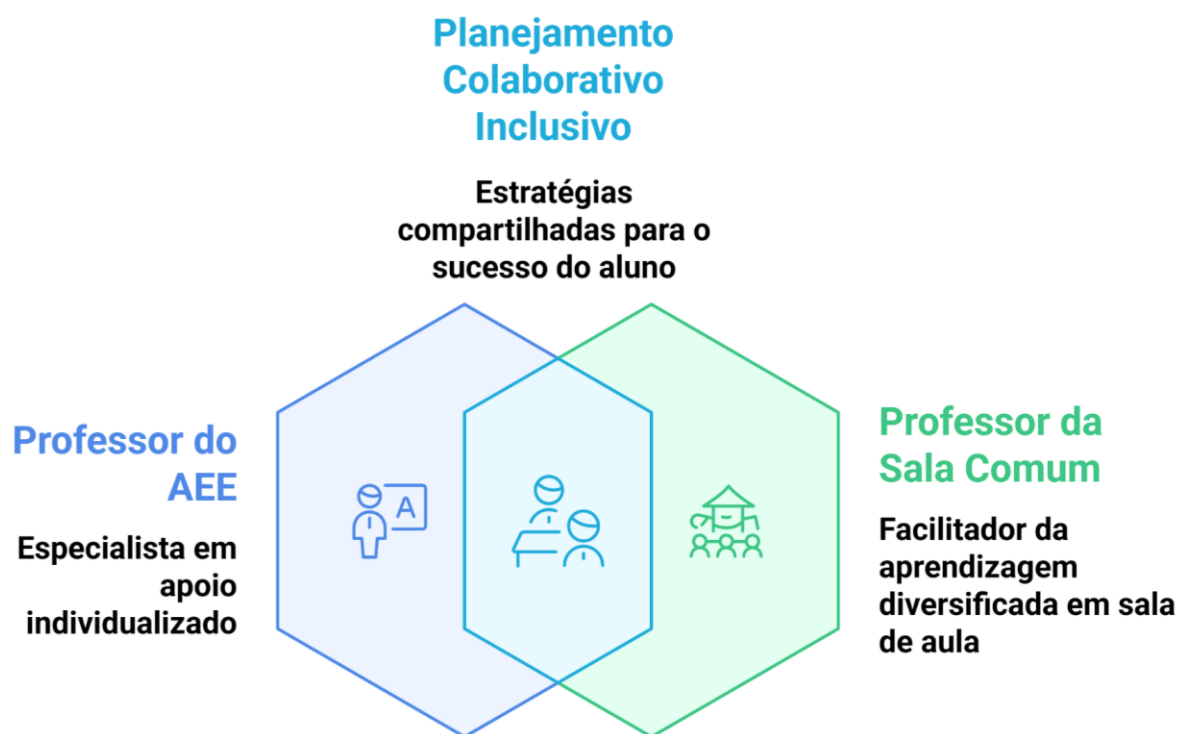
A inclusão escolar só se concretiza quando há parceria efetiva entre o professor do AEE e o professor da sala comum. Embora cada profissional possui atribuições específicas, suas ações são complementares e devem convergir para um objetivo comum: garantir a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento do estudante no currículo escolar.

A Figura 11 ilustra a articulação entre o professor do AEE e o professor da sala comum, destacando o planejamento colaborativo inclusivo como espaço de interseção entre o apoio especializado e a prática pedagógica cotidiana.

No âmbito dessa parceria, o professor do AEE atua identificando barreiras e necessidades educacionais, organizando recursos e tecnologias assistivas, planejando atendimentos individualizados, contribuindo com a elaboração e o acompanhamento do PEI e do PAEE, além de orientar o professor da sala comum quanto a estratégias inclusivas. Já o professor da sala comum planeja aulas considerando a diversidade presente na turma, aplica adaptações e estratégias previstas nos documentos pedagógicos, observa avanços e desafios no cotidiano escolar e mantém diálogo

contínuo com o AEE e com a família. Ambos constroem um apoio ao estudante de forma que cada um agrega com seus conhecimentos.

Figura 11 – Articulação entre o professor do AEE e o professor da sala comum no planejamento colaborativo inclusivo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa articulação pode ocorrer por meio de reuniões conjuntas, práticas de coensino, compartilhamento de materiais, observação mútua e registros colaborativos. Apesar dos desafios enfrentados (como a escassez de tempo, lacunas na formação e resistências institucionais), o trabalho articulado é condição indispensável para assegurar o direito de aprender de todos os estudantes.

Esta seção evidencia que a inclusão depende de planejamento intencional, de documentos pedagógicos bem elaborados (Estudo de Caso, PAEE e PEI) e, sobretudo,

do trabalho colaborativo entre os profissionais da escola. Mais do que formulários, esses instrumentos constituem caminhos para transformar práticas, ampliar oportunidades e garantir que cada estudante vivencie sua escolarização com dignidade, autonomia e participação plena.

6. Acessibilidade e Tecnologia Assistiva no AEE⁷

Orlando Silva de Oliveira

A acessibilidade e a TA são pilares da educação inclusiva e do AEE. A acessibilidade é um princípio ético de eliminação de barreiras, e a TA é um campo interdisciplinar que visa ampliar a autonomia e participação. Juntas, essas dimensões garantem o direito à aprendizagem em condições de equidade.

6.1 Acessibilidade: conceito e dimensões

A acessibilidade constitui um direito humano fundamental e um dos pilares da inclusão escolar. Não se restringe ao acesso físico aos espaços, mas envolve a criação de condições que garantam a participação plena de todos os estudantes nas atividades educacionais. A Lei Brasileira de Inclusão define acessibilidade como a possibilidade e a condição de alcance, compreensão e utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, serviços, informações e sistemas.

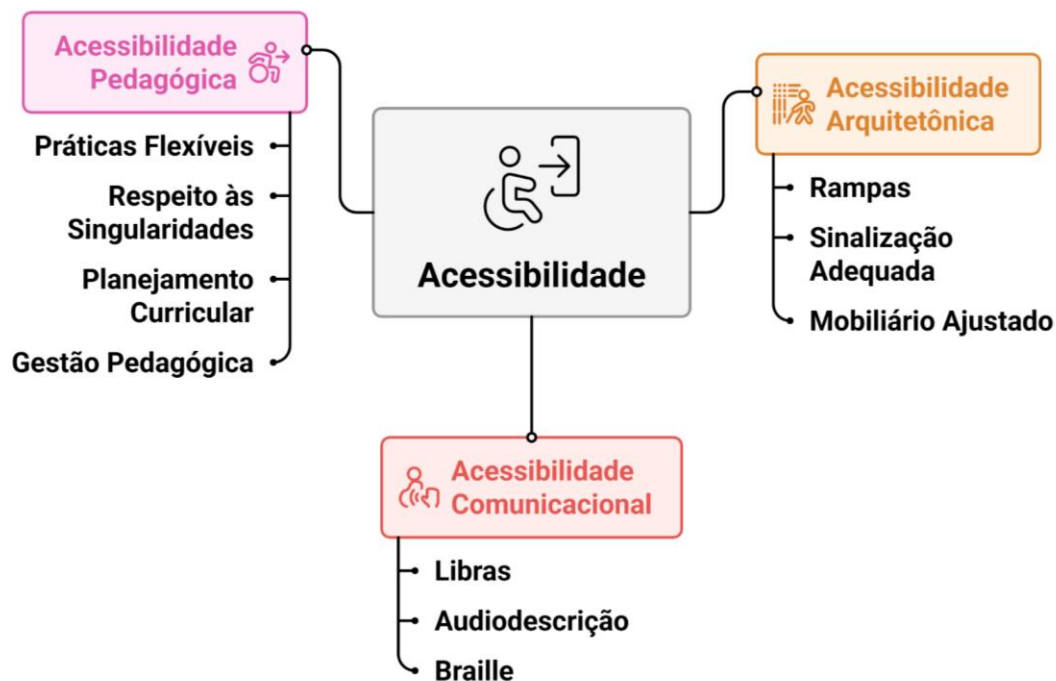
As principais dimensões da acessibilidade no contexto escolar estão sintetizadas na Figura 12, evidenciando que a inclusão depende da articulação entre aspectos pedagógicos, arquitetônicos e comunicacionais.

No ambiente escolar, a acessibilidade arquitetônica refere-se às condições que permitem a circulação e o uso dos espaços sem obstáculos, por meio de rampas, sinalização adequada e mobiliário ajustado. A acessibilidade comunicacional abrange o uso de Libras, audiodescrição, braille, legendas, contrastes visuais adequados e outros

⁷ Este capítulo foi elaborado a partir dos materiais formativos utilizados por Thalita Cunha Motta no curso de Formação Inicial e Continuada em AEE ofertado pelo Campus Salgueiro do IFSertãoPE.

recursos que asseguram o acesso à informação. Já a acessibilidade pedagógica envolve práticas flexíveis, planejamento curricular inclusivo, respeito às singularidades dos estudantes e gestão pedagógica comprometida com a diversidade.

Figura 12 – Dimensões da acessibilidade no contexto da educação inclusiva.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Essas dimensões não atuam de forma isolada. Quando a escola falha em qualquer uma delas, toda a experiência educativa é impactada. Por isso, a acessibilidade deve estar integrada ao planejamento curricular e à gestão pedagógica, orientando decisões institucionais e práticas docentes voltadas à eliminação de barreiras e à garantia do direito à educação para todos.

6.2 Acessibilidade educacional no cotidiano escolar

A acessibilidade educacional se concretiza na forma como a escola organiza suas rotinas, atividades e materiais. Mesmo pequenas adaptações podem transformar significativamente a participação de um estudante. Ajustar o tamanho da fonte, reorganizar o tempo de uma atividade, incluir recursos visuais ou permitir diferentes modos de resposta são práticas que ampliam a autonomia.

Outro ponto enfatizado é que acessibilidade não é privilégio, nem compensação; é condição de equidade. A escola inclusiva entende que o acesso ao conhecimento se dá por meio de caminhos diversos e que o sucesso escolar depende da eliminação de barreiras. Em muitas situações, o professor da sala comum encontra soluções simples e criativas, e o AEE atua como apoio para estruturar essas estratégias.

Há momentos em que a acessibilidade requer adaptações mais elaboradas, que envolvem equipes interdisciplinares e aquisições de recursos especializados. Mas, na maior parte das vezes, a mudança começa no olhar pedagógico e na disposição para adaptar práticas tradicionais ao perfil dos estudantes.

6.3 Tecnologia Assistiva: conceitos e finalidades

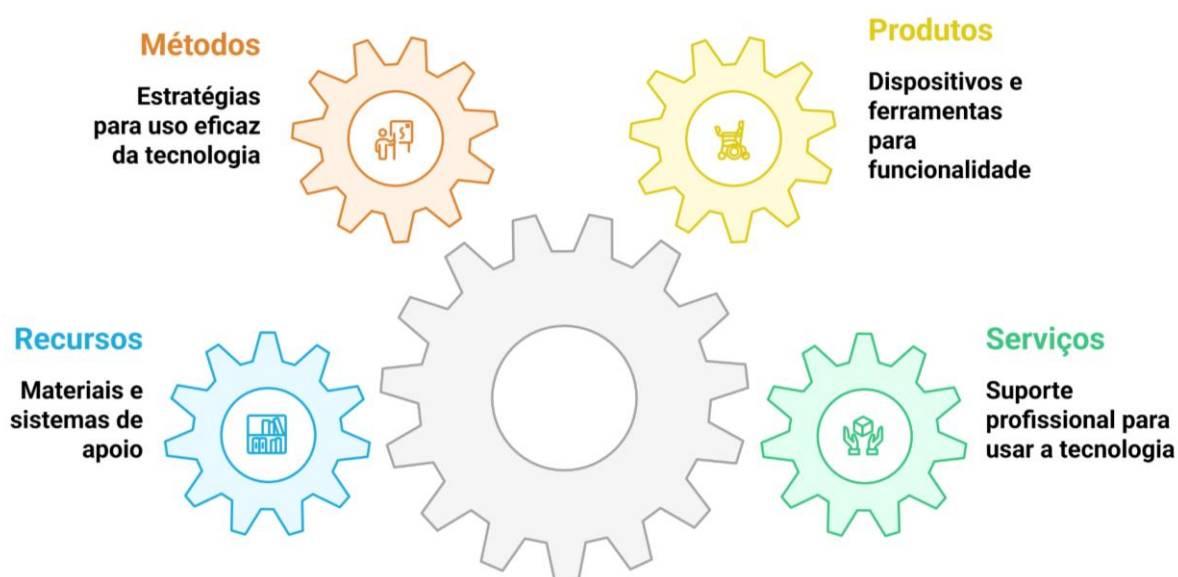
A Tecnologia Assistiva (TA) é definida como um conjunto de serviços, produtos, métodos e recursos que promovem funcionalidade e ampliam a autonomia de pessoas com deficiência. No contexto educacional, a TA não se restringe a equipamentos tecnológicos sofisticados; ela abrange desde recursos simples, como engrossadores de lápis e pranchas de comunicação, até *softwares* de leitura de tela, aplicativos educacionais acessíveis e dispositivos digitais de alta tecnologia, etc.

Os principais componentes que constituem a Tecnologia Assistiva estão sintetizados na Figura 13, evidenciando que sua efetividade depende da articulação entre

produtos, serviços, métodos e recursos, sempre orientados por objetivos pedagógicos claros.

Um aspecto central da Tecnologia Assistiva é sua intencionalidade pedagógica. Não basta disponibilizar o recurso; é fundamental que ele esteja diretamente relacionado aos objetivos de aprendizagem do estudante e que seu uso seja acompanhado, testado e revisado continuamente. A escolha da TA não deve ser feita apenas com base na deficiência, mas a partir das barreiras concretas enfrentadas pelo estudante em seu contexto educacional.

Figura 13 – Componentes da Tecnologia Assistiva no contexto educacional.



Fonte: Elaboração própria.

Em muitos casos, a Tecnologia Assistiva atua como mediadora da comunicação, especialmente para estudantes com deficiência física, TEA, surdocegueira ou deficiência múltipla. Nesses contextos, recursos como pranchas de comunicação, softwares de comunicação alternativa, dispositivos acionadores e sistemas simbólicos ampliam as possibilidades de expressão, interação social e participação nas atividades escolares,

reduzindo barreiras comunicacionais e favorecendo o engajamento do estudante no processo de aprendizagem.

Em outros contextos, a Tecnologia Assistiva favorece o acesso à informação e ao texto escrito, como ocorre com o uso de leitores de tela, ampliadores, ajustes de contraste e recursos de audiodescrição para estudantes cegos ou com baixa visão. Assim, a TA constitui um recurso estratégico para garantir participação, autonomia e aprendizagem, desde que integrada de forma consciente, intencional e planejada às práticas pedagógicas inclusivas, articulando-se aos objetivos educacionais e às necessidades concretas de cada estudante.

6.4 Exemplos de TA por tipo de deficiência

Os materiais fornecem exemplos importantes de como a TA se adapta às características de cada estudante. Para estudantes cegos, o uso do sistema Braille, da reglete, da máquina Perkins e do soroban organiza o acesso à leitura, à escrita e ao raciocínio lógico. Já para estudantes com baixa visão, recursos de contraste, lupas, textos ampliados e *apps* de ampliação digital tornam o material didático mais acessível.

Na deficiência na surdez, o uso de Libras, vídeos em língua de sinais, legendas e recursos visuais facilita a compreensão. Na deficiência auditiva, o uso de AASI ou implante coclear é acompanhado pelo AEE, quando necessário, com informações da equipe escolar no uso pedagógico desses dispositivos, lembrando que algo mais específico é atribuído à saúde e não ao professor de AEE. Para o surdocego o uso da tecnologia assistiva se volta para Libras tátil e materiais em alto relevo.

Para estudantes com TEA, a comunicação alternativa desempenha papel relevante. Pranchas de comunicação, aplicativos com pictogramas, rotinas visuais e histórias sociais ajudam na organização e na interação cotidiana.

Em casos de deficiência múltipla, a TA costuma ser altamente personalizada. Cada recurso precisa ser testado, ajustado e, muitas vezes, reinventado. A escolha da

tecnologia é fruto de observação constante e diálogo com a família e com a equipe multidisciplinar.

Para os estudantes com deficiência física a depender do seu comprometimento, pode se fazer uso de comunicação alternativa, *softwares*, sensores, acionadores, e vários materiais com funcionalidade de uso pedagógico.

6.5 Acessibilidade digital e desenho universal

A acessibilidade digital é parte fundamental da educação inclusiva. Sites, aplicativos, textos digitais e plataformas precisam seguir diretrizes de acessibilidade que permitam a navegação por leitores de tela, que apresentem contraste adequado, que tenham uma estrutura lógica e que possibilitem acesso por diferentes dispositivos.

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) aparece como estratégia que orienta a construção de ambientes digitais mais flexíveis. O DUA propõe múltiplas formas de representação, expressão e engajamento, reconhecendo que a diversidade é a regra, não a exceção. Essa perspectiva amplia a compreensão sobre acessibilidade, mostrando que ela não se limita a adaptações individuais, mas à construção de recursos acessíveis desde o início.

6.6 O uso da TA articulado ao currículo e ao AEE

A tecnologia assistiva não cumpre sua função quando é utilizada de maneira isolada. Ela precisa estar integrada às atividades reais da sala comum e fazer parte do plano educacional do estudante. Para isso, o professor do AEE deve acompanhar a evolução do estudante e avaliar continuamente se o recurso continua sendo adequado ou se precisa ser ajustado.

Há situações em que o estudante aprende rapidamente a usar o recurso e passa a utilizá-lo de maneira autônoma. Em outras, o processo é gradual e exige intervenções

constantes. O mais importante é garantir que a TA amplie, e não limite, a participação do estudante.

A articulação com o currículo torna o uso da TA mais significativo. Quando o estudante utiliza o recurso para produzir textos, resolver problemas ou comunicar ideias, a tecnologia passa a ser parte integral da experiência de aprendizagem.

6.7 Escolha da TA: fluxos e critérios pedagógicos

Escolher a tecnologia assistiva adequada requer sensibilidade, mas também método. O professor precisa observar o estudante, identificar barreiras concretas, testar diferentes recursos e analisar o impacto de cada uso. A decisão não deve se basear apenas no tipo de deficiência, mas na funcionalidade que se busca desenvolver.

A escola deve evitar tanto o excesso quanto a ausência de recursos. Em alguns contextos, recursos sofisticados são oferecidos sem necessidade; em outros, a falta de materiais básicos impede avanços significativos. Encontrar equilíbrio exige acompanhamento contínuo, formação e diálogo entre equipe escolar, família e AEE.

7. Considerações Finais

Este trabalho buscou sistematizar fundamentos teóricos, orientações normativas e práticas pedagógicas essenciais para a efetivação do AEE na perspectiva da educação inclusiva, articulando legislação, organização institucional, práticas docentes, acessibilidade e TA. Ao longo de seus capítulos, evidenciou-se que o AEE não se configura como um serviço isolado ou de caráter secundário, mas como uma ação estratégica e estruturante para a garantia do direito à educação de estudantes públicos da Educação Especial, conforme preconizam as políticas públicas brasileiras.

Um dos eixos centrais reafirmados neste material é que a inclusão escolar não se resume à presença física do estudante na sala comum. Ela exige planejamento intencional, identificação e superação de barreiras, articulação entre profissionais, produção de acessibilidades e compromisso institucional contínuo. Nesse sentido, o professor do AEE atua como mediador pedagógico, contribuindo para que a diversidade seja reconhecida como valor constitutivo da escola e não como exceção a ser remediada.

O material também destaca que documentos como o Estudo de Caso, o PAEE e o PEI não devem ser compreendidos como exigências burocráticas, ou só para constar que foram elaborados, mas como instrumentos vivos de reflexão, acompanhamento e tomada de decisão pedagógica. Quando elaborados de forma colaborativa e revisados continuamente, esses documentos fortalecem a prática docente, ampliam a coerência das ações inclusivas e favorecem a autonomia e a participação dos estudantes.

Outro aspecto fundamental discutido é o papel da acessibilidade e da TA no cotidiano escolar. Ao serem integradas ao currículo e às práticas pedagógicas, essas dimensões deixam de ser recursos pontuais e passam a constituir condições estruturais de equidade. A escolha consciente da TA, orientada pelas barreiras concretas enfrentadas pelos estudantes e por objetivos pedagógicos claros, reforça o caráter ético e educativo do AEE.

Por fim, reafirma-se que a consolidação da educação inclusiva depende do engajamento coletivo da escola: professores do AEE e da sala comum, gestores, equipes pedagógicas, profissionais especializados, famílias e estudantes. A construção de uma cultura inclusiva é um processo contínuo, marcado por desafios, aprendizagens e transformações institucionais. Espera-se que este material contribua como referência formativa e prática, apoiando profissionais da educação na construção de ambientes escolares mais acessíveis, justos e comprometidos com o direito de aprender de todos os estudantes.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022. Disponível em: <https://membros.analysispsicologia.com.br/wp-content/uploads/2024/06/DSM-V.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2025.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre, 2017. 20 p. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 9 ago. 2024.

BERSCH, Rita. **Recursos Pedagógicos Acessíveis: Tecnologia Assistiva (TA) e Processo de Avaliação nas escolas**. 2013. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Recursos_Ped_Acessiveis_Avaliacao_ABR2013.pdf. Acesso em: 4 ago. 2025.

BERSCH, Rita. Tecnologia Assistiva: Conceito e Aplicações. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 12, n. 2, p. 269-284, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/bvqPNRCVbhwsvvRt6jmVDRQ/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 3 dez. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 13/2009. Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 set. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013_09_homolog.pdf. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Salas de Recursos Multifuncionais**: orientações para implantação. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação. Brasília, DF: SEESP/MEC, 2006. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/altashabilidades.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2025.

DAMÁZIO, Mirlene, Macedo. Atendimento educacional especializado para alunos surdos. In: SILVA, A. (Org.). **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 50-65.

KLUSER DE JESUS, Simone de Abreu Duarte; VALIM, Rosa Lídice de Moraes; JATOBÁ, Alessandro. Planejamento docente colaborativo como ferramenta estratégica de uma educação inclusiva: uma preliminar de pesquisa. **Revista Teias**, v. 25, n. 79, p. 1-20, out./dez. 2024.

PEIXOTO, Sára Maria Pinheiro; SILVEIRA, Ana Aparecida Tavares da; DIAS, Maria Aparecida. O trabalho articulado entre o AEE e a sala regular: corpos que brincam, interagem e aprendem. **Revista Teias**, v. 24, n. 73, p. 209-230, abr./jun. 2023.

SANTOS DOS ANJOS, Eliete Pagno dos. **Construindo o PAEE**: práticas e exemplos reais. EEEF Beatriz Ferreira da Silva, 2025. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/973078/2/Construindo-o-PAEE-Praticas-e-Exemplos-Reais.pdf>. Acesso em: 6 mai. 2025.

SILVA, Lidianne Pereira da; VIANA, Flávia Roldan. Plano de aula colaborativo: uma proposta no contexto da educação inclusiva. **Prometeu**, ano VI, n. 7, p. 45-62, 2021.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: UNESCO/MEC, 1994.

Introdução

<https://youtu.be/1Op92TydBgE>

Princípios, Fundamentos e Práticas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Perspectiva Inclusiva

<https://youtu.be/ne0hEEwgUDs?si=PM86ovZjzSc9gW34>

Salas de Recursos Multifuncionais e o AEE na prática

<https://youtu.be/WZx8J7VSfXg>

Educação Especial na perspectiva inclusiva com a implantação do AEE

<https://youtu.be/hvXSyjKLy7A>

Projeto Político-Pedagógico e o AEE

<https://youtu.be/TaxeLhEyuqs>

Tipos de Deficiência

<https://youtu.be/gx5Nb0j2BYY>

Deficiência Intelectual

<https://youtu.be/tKNmTBA6Mfc>

Deficiência Física

<https://youtu.be/j2PTIc-YCP8>

Deficiência Auditiva

<https://youtu.be/3v7eFMpEIoM>

Deficiência Visual

<https://youtu.be/u8buglghan4>

Surdocegueira

<https://youtu.be/nBevBX62WHs>

Transtorno do Espectro Autista

<https://youtu.be/1CXquK57TE4>

Altas Habilidades e Superdotação

<https://youtu.be/GQJb3dzYS5s>

Deficiência Múltiplas

<https://youtu.be/b1Qnlxxt6GA>

Deficiência Física (Paralisia Cerebral)

<https://youtu.be/duZyHKiWHjA>

O que é PDDE?

https://youtu.be/Jsflb-ur7oU?si=iDKIaCm9UdrAr_2t

Destinação do recurso do PDDE.

<https://youtu.be/wXup9tCD3JU?si=wTjocr3skSqaf2Cp>

PDDE e aquisição de recursos para o AEE e Organização do trabalho Pedagógico na Sala de Recursos

<https://youtu.be/ha-gPUkbgRs>

AEE como direito

https://youtu.be/W1bQHfnPrsM?si=IZ7qe6IIIRYW_L1so

Equipamentos, mobiliários e recursos

<https://youtu.be/ukcfMf94Vr4?si=7sEC9hEv6UKoPVXn>

O papel do AEE no processo de inclusão escolar

<https://youtu.be/1nW-oAk-rCU?si=X-6UxeQRY4mNX2EM>

Articulação entre o ensino comum e o AEE

<https://youtu.be/cMG7uzWWoRk?si=9mo0hh0AbxJ45hGv>

Função das Salas de Recursos Multifuncionais

<https://youtu.be/uNitSN46New?si=2iLad7qjyZyqeujz>

Conceito de Tecnologia Assistiva

<https://youtu.be/VRgX3N7Aa3Y?si=quG7B3u0MZcxeKmZ>

Tecnologia Assistiva e a Sala de Aula

<https://youtu.be/f2ofkXp09l8?si=MZFZfuYwqM8twrQA>

Tecnologia Assistiva e Autonomia

<https://youtu.be/-11X5brzlxw?si=h90hGcvOPbl9bk2r>

Acessibilidade digital e desenho universal e Escolha da TA: fluxos e critérios pedagógicos

<https://youtu.be/OPAvTjDBeQI>

Considerações Finais:
<https://youtu.be/87dtMhWETz8>